

SOFTWARE · UNIFOR · 8 DE JULHO DE 2026

O Índice do Capitalismo Humanista como orientador das políticas públicas da cidade de São Paulo

Por Ricardo Hasson Sayeg e Lucia Maria Machado Bógus

Fonte: Pensar - Revista de Ciências Jurídicas · [Publicação original](#)

INOVAÇÃO	APLICABILIDADE	POTENCIAL ECONÔMICO	MATURIDADE
7/10	8/10	6/10	Média

O artigo estabelece o Índice do Capitalismo Humanista (iCapH) como uma ferramenta estratégica de utilidade pública para alinhar o desenvolvimento econômico e as políticas públicas à dignidade humana, utilizando a Lei Municipal nº 17.481/2020 de São Paulo como caso base.

NÚCLEO DA ANÁLISE

Ideia de startup ou produto

Plataforma B2B/GovTech SaaS para automação do cálculo e monitoramento do iCapH, fornecendo dashboards de conformidade legal e relatórios de impacto para empresas buscarem incentivos fiscais.

Aplicações práticas

Monitoramento de KPIs sociais em gestão urbana, certificação de empresas com selo de responsabilidade humanista e parametrização de editais de licitação pública baseados em impacto social.

Potencial de mercado

Alta demanda no setor de ESG e GovTech por métricas padronizadas que quantifiquem impacto social, permitindo a criação de selos de qualidade e ferramentas de auditoria corporativa.

FUNDAMENTO CIENTÍFICO

Problema abordado

A necessidade de integrar a dimensão econômica dos direitos humanos na gestão pública e privada, superando modelos capitalistas puramente lucrativos que negligenciam a dignidade humana.

Metodologia

Análise qualitativa e jurídica baseada na doutrina do Capitalismo Humanista (obra FATOR CapH) e na legislação municipal de São Paulo, validando o iCapH como instrumento de mediação e orientação política.

Principais descobertas

O iCapH é uma métrica viável e legalmente reconhecida para traduzir direitos humanos em indicadores econômicos, servindo como parâmetro para preferências em licitações e diretrizes governamentais.

LEITURA PARA GESTÃO PÚBLICA

Implementação do iCapH como critério técnico para repasse de verbas e licitações nos municípios do Ceará, fomentando um ecossistema empresarial local focado em dignidade humana.

PARCERIA UNIVERSIDADE × EMPRESA

Colaboração entre a UNIFOR (Departamento de Direito/Economia) e empresas de tecnologia para desenvolver o algoritmo de certificação oficial do iCapH e softwares de gestão pública.

OPORTUNIDADES DERIVADAS

3 direções estratégicas identificadas

STARTUP · IMPACTO MÉDIO · SOFTWARE

iCapH Analytics & Certification

Startup focada em criar o software oficial de cálculo do índice e o selo de certificação 'Capitalismo Humanista' para o mercado corporativo.

POLÍTICA PÚBLICA · IMPACTO ALTO · GOVTECH

Programa Ceará Humanista

Adoção da metodologia iCapH pela gestão estadual ou municipal do Ceará para guiar políticas de desenvolvimento urbano e compras governamentais.

PARCERIA · IMPACTO MÉDIO · GERAL

Núcleo de Inovação em Direitos Humanos

Parceria Universidade-Empresa para validar e refinar os algoritmos do iCapH, transformando a teoria jurídica em produtos tecnológicos de auditoria.

ABSTRACT ORIGINAL

Este artigo explora a relevância do Capitalismo Humanista e do Índice do Capitalismo Humanista (iCapH) como paradigmas e ferramentas para a orientação das políticas públicas no Município de São Paulo. Fundamenta-se na Lei Municipal nº 17.481/2020, que consagra os princípios do Capitalismo Humanista e da Mediação, e reconhece o iCapH como instrumento de utilidade pública e de orientação política. A análise é enriquecida pelo referencial teórico da obra

“FATOR CapH – Capitalismo Humanista: a dimensão econômica dos direitos humanos” (Sayeg; Balera, 2024), que posiciona o Capitalismo Humanista como a dimensão econômica dos direitos humanos, centrado na dignidade humana.

MATÉRIA PARA LEIGOS

Para leigos: Como o Índice do Capitalismo Humanista pode guiar políticas em São Paulo

O cenário atual

A cidade de São Paulo possui um marco legal importante, a Lei Municipal nº 17.481/2020. Esta lei estabelece os princípios do Capitalismo Humanista e da Mediação. Ela reconhece oficialmente o Índice do Capitalismo Humanista (iCapH) como um instrumento de utilidade pública e uma ferramenta para orientar decisões políticas.

O que os pesquisadores fizeram

Os autores realizaram uma análise exploratória sobre a relevância do Capitalismo Humanista e do iCapH. O objetivo foi entender como esses conceitos podem servir de paradigma e ferramenta para orientar as políticas públicas no município de São Paulo. O estudo se baseia no referencial teórico da obra "FATOR CapH – Capitalismo Humanista: a dimensão econômica dos direitos humanos".

Como funciona na prática

O estudo define o Capitalismo Humanista como a dimensão econômica dos direitos humanos, tendo a dignidade humana como seu centro. O Índice do Capitalismo Humanista (iCapH) funciona como um medidor ou guia prático. Ele é utilizado para alinhar as ações do governo com esses princípios, garantindo que a economia e as políticas públicas considerem a dignidade humana.

Resultados e evidência

O artigo não apresenta dados experimentais ou resultados estatísticos de campo. A evidência apresentada é de natureza teórica e jurídica, demonstrando que a lei municipal já oferece a base necessária para utilizar o iCapH como orientador político. O estudo reforça a conexão entre o conceito de Capitalismo Humanista e a defesa dos direitos humanos na esfera econômica.

Implicações práticas

A principal implicação prática é a utilização do iCapH pelo governo de São Paulo para nortear a criação e execução de políticas públicas. Isso significa que decisões administrativas e políticas podem ser filtradas por este índice para assegurar que respeitem a dignidade humana e os princípios humanistas.

Limitações e próximos passos

O paper não detalha limitações específicas do índice na prática ou quais seriam os próximos passos empíricos para a sua implementação. O foco do trabalho é a fundamentação teórica e a análise da lei vigente.

QUEM SÃO OS PESQUISADORES

Quem são os pesquisadores

Ricardo Hasson Sayeg e Lucia Maria Machado Bógus são os autores do estudo, vinculados à UNIFOR (Universidade de Fortaleza). Eles são responsáveis pela análise teórica que conecta o Capitalismo Humanista e o iCapH com a legislação de São Paulo. O paper não detalha outras formações acadêmicas, títulos ou trajetórias profissionais anteriores dos autores além desta afiliação e do papel no desenvolvimento deste artigo.